



CONGRESSO NACIONAL  
EMENDA MODIFICATIVA

**EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025**  
**(à MPV 1303/2025)**

Dê-se nova redação ao § 11 do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, como proposto pelo art. 71 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º .....**

**.....**

**§ 11.** Para concessão do benefício de seguro-desemprego, pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal deverá comprovar o efetivo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), nos termos da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade alterar a redação do §11 do artigo 2º da Lei nº 10.779, de 2003, conforme proposta inserida no artigo 71 da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, com o objetivo de substituir o atual requisito de homologação do registro profissional de pescador artesanal por parte do poder público municipal pelo requisito de inscrição no



Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), nos termos da Lei nº 11.326, de 2006. A mudança se justifica por razões técnicas, jurídicas e operacionais, voltadas à qualificação do acesso ao seguro-defeso, com vistas à maior eficácia da política pública e à proteção contra fraudes.

Diferentemente da homologação municipal, muitas vezes fragilizada por ausência de estrutura técnica ou por práticas clientelistas, o cadastro no CAF é instrumento nacional, padronizado, com etapas formais de verificação documental e validação de campo, conforme os procedimentos descritos no site oficial do governo federal (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>). Ainda que voltado originariamente à agricultura familiar, o CAF abrange expressamente, em seu escopo legal, os pescadores artesanais, conforme o artigo 3º, §2º, inciso IV, da Lei nº 11.326/2006. Assim, sua adoção como requisito de acesso ao seguro-defeso tem fundamento legal e viabilidade operacional, com a vantagem adicional de unificar cadastros públicos e de permitir maior controle sobre a destinação dos recursos públicos.

A alteração também se insere em contexto de reiteradas denúncias e constatações de fraudes. Em 2022, operação da Polícia Federal apontou o desvio de R\$ 1,5 bilhão



por meio de fraudes no seguro-defeso<sup>1</sup>, envolvendo a concessão do benefício a indivíduos que não exerciam efetivamente a atividade pesqueira artesanal (Agência Brasil, 18/03/2022). Esse cenário revela que o modelo atual de controle, centrado em declarações locais e homologações frágeis, precisa ser substituído por sistemas mais robustos, que se pautem por critérios objetivos e verificáveis.

Além disso, o impacto fiscal crescente do programa exige respostas normativas. Segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional e reportados pelo Valor Econômico (17/06/2025)<sup>2</sup>, os gastos com o seguro-defeso atingiram R\$ 4 bilhões apenas entre janeiro e abril de 2025, um aumento de 57% em relação ao mesmo período do ano anterior. A substituição do critério atual pelo cadastro no CAF, ao exigir comprovação documental e validações presenciais, atuará como mecanismo de qualificação da demanda, assegurando que o benefício seja concedido apenas a quem exerce comprovadamente a pesca artesanal como atividade principal e sustento familiar.

Portanto, a alteração proposta busca aprimorar os instrumentos de gestão do seguro-defeso sem restringir

---

1 [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-03/policia-investiga-suspeitos-de-desviar-r-15-bi-do-seguro-defeso#:~:text=Geral-,Pol%C3%ADcia%20investiga%20suspeitos%20de%20desviar%20R\\$%201,5%20bi%20do%20seguro%20defeso&text=Um%20bilh%C3%A3o%20e%20quinhentos%20e,Artesanal%2C%20o%20popular%20seguro%20defeso.](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-03/policia-investiga-suspeitos-de-desviar-r-15-bi-do-seguro-defeso#:~:text=Geral-,Pol%C3%ADcia%20investiga%20suspeitos%20de%20desviar%20R$%201,5%20bi%20do%20seguro%20defeso&text=Um%20bilh%C3%A3o%20e%20quinhentos%20e,Artesanal%2C%20o%20popular%20seguro%20defeso.)

2 <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/06/17/seguro-defeso-dispara-e-cresce-57-bilhoes-em-4-meses-ano.ghml>



injustamente o acesso dos trabalhadores que realmente vivem da pesca. Trata-se de medida técnica e legítima que contribui para a sustentabilidade do programa, para a moralidade administrativa e para a manutenção de uma política pública essencial à proteção da pesca artesanal e ao equilíbrio ambiental durante o período de reprodução das espécies.

Sala da comissão, 17 de junho de 2025.

**Deputado Túlio Gadêlha**  
**(REDE - PE)**

